

ARTIGO - 2. PATRIMÔNIO CULTURAL E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI: O PATRIMÔNIO NA ÉPOCA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A CONSERVAÇÃO ENTRE NOVOS E VELHOS RISCOS / AS ESCALAS DO PATRIMÔNIO: LOCAL - GLOBAL / MODELOS INOVADORES DE GESTÃO PARTICIPATIVA E ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS / ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO PARA A CONSERVAÇÃO..

**MODELOS DE GESTÃO PARTICIPATIVA NO PATRIMÔNIO CULTURAL:
CAMINHOS ENTRE O TÉCNICO, O HÍBRIDO E O COMUNITÁRIO**

João Vítor Araújo Schincariol (arq.schincariol@gmail.com)

A crescente demanda por democratização das políticas de patrimônio no século XXI tem impulsionado a emergência de modelos mais participativos, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e territoriais. A partir de uma análise comparada de experiências brasileiras com bens reconhecidos como Patrimônio Mundial, esta pesquisa identificou três principais modelos de gestão com diferentes níveis de participação social, grau de formalização institucional e sensibilidade ao território: o modelo técnico-institucional, o modelo cogestivo estatal-participativo e o modelo comunitário de base. O modelo técnico-institucional, ainda predominante nas estruturas estatais, baseia-se na centralização decisória, na expertise técnica e na execução gerencial, com baixa permeabilidade à participação das comunidades. O modelo cogestivo constitui uma mediação: preserva a condução estatal, mas incorpora instâncias formais de escuta e consulta pública, como conselhos e comitês gestores, permitindo graus variados de influência social no processo decisório. Já o modelo comunitário de base

rompe com a lógica verticalizada e propõe formas horizontais de organização, mobilização e reconhecimento da autoridade dos saberes locais, promovendo a autogestão a partir das dinâmicas próprias dos territórios. Embora ainda marginal no campo institucional, o modelo comunitário apresenta potencial inovador para a construção de políticas públicas mais justas, sensíveis às especificidades culturais e abertas à coprodução do patrimônio. A valorização desse modelo exige o fortalecimento da capacidade política das comunidades, a escuta ativa e a revisão crítica dos dispositivos normativos vigentes, apontando caminhos para uma governança patrimonial centrada nos sujeitos dos territórios.

Palavras-chave: patrimônio cultural; patrimônio mundial; gestão participativa; comunidades locais; participação social.